

Novo fôlego ibero-americano

António Raimundo, IEEI

Salamanca acolheu nos passados dias 14 e 15 de Outubro a XV Cimeira Ibero-Americana. Este encontro, que reúne anualmente os Chefes de Estado e de Governo dos 22 países de língua castelhana e portuguesa da América Latina e da Europa, foi instituído em 1991 – em pleno período de mutações globais – como fórum privilegiado de consulta e concertação política em questões internacionais, bem como em matéria de cooperação e solidariedade regional. Dele fazem parte Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Paraguai, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e, como recém-chegado, Andorra. À reunião de Salamanca faltaram cinco mandatários latino-americanos: António Saca (El Salvador), Óscar Berger (Guatemala), Alfredo de Palacio (Equador), Enrique Bolaños (Nicarágua) e Fidel Castro (Cuba). No rol dos convidados especiais estiveram Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas, e Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia.

A Espanha, enquanto principal impulsionador das cimeiras ibero-americanas e país anfitrião, atribuiu uma especial importância ao encontro deste ano, apresentando-o como uma oportunidade para conferir um novo fôlego ao fórum ibero-americano. Na fase de preparação da cimeira de Salamanca, o Ministro de Negócios Estrangeiros espanhol, Miguel Ángel Moratinos, referiu-se ao encontro como “um ponto de viragem” com dois objectivos concretos: dar voz à comunidade ibero-americana a nível internacional e transformar o actual sistema diplomático de cimeiras num verdadeiro “espaço político, económico, social, de justiça e liberdade, capaz de enfrentar os desafios do século XXI”. Na verdade, as reuniões de anos anteriores deixaram transparecer um certo esgotamento do modelo das cimeiras, sobretudo devido ao seu fraco conteúdo político e à ausência de seguimento para as iniciativas discutidas. Por outro lado, o interesse decrescente dos países latino-americanos pelas cimeiras – em concorrência com outros encontros e prioridades – bem como a política latino-americana conduzida por José Maria Aznar – marcada por uma liderança inflexível e um alinhamento com as posições de Washington – contribuíram para que tais encontros fossem em certa medida perdendo importância. Daí que entre os principais desafios que se colocavam à Espanha, enquanto país organizador da XV Cimeira, estivessem a continuação dos esforços visando dinamizar e reforçar a Comunidade Ibero-Americana – concentrando-se na obtenção de resultados concretos, num número limitado de questões, com interesse para a maioria dos países membros –, bem como a demonstração de uma maior concertação, articulando uma “liderança partilhada” com Portugal e com alguns dos principais países latino-americanos. Com efeito, a Espanha acabaria por formalmente convidar Portugal a partilhar a liderança da cimeira. Nas palavras do Chefe do executivo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, Portugal tem, cada vez mais, um papel importante no espaço ibero-americano. Em declarações à comunicação social, Zapatero acrescentaria que “Portugal e Espanha não falam a mesma língua mas têm a mesma linguagem política e visão do mundo e, neste momento, muito mais ainda com o Governo português com quem há uma relação muito fluida”. Por seu turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Diogo Freitas do Amaral, salientaria que o convite de liderança conjunta feito a Portugal demonstra “um novo espírito, de que Portugal e Espanha se olhem com amizade, sem pretensões hegemónicas, nem medos históricos”. Na agenda para Salamanca foram inscritas três grandes temáticas: as migrações, a realidade sócio-económica e a projecção internacional da comunidade ibero-americana. Constava ainda do programa o arranque da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), estrutura

destinada a fornecer um apoio institucional à Cimeira, cujos estatutos foram aprovados no encontro de líderes de 2004. No final dos trabalhos, a XV Cimeira Ibero-Americana acabou por aprovar um documento final mais curto do que o habitual, mas comportando um anexo com 16 comunicados especiais.

A Declaração de Salamanca, de conteúdo marcadamente social e político, começa por referir-se à instituição da SEGIB, que de forma permanente irá contribuir para a organização das cimeiras, acompanhar as decisões nelas aprovadas - a fim de assegurar a continuidade entre cada encontro - bem como potenciar a representação internacional da comunidade ibero-americana. Com sede em Madrid, a Secretaria-Geral terá à sua frente o economista uruguaio, Enrique Iglesias, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Quanto aos grandes temas da cimeira, da análise da situação sócio-económica e política dos países ibero-americanos, os líderes acabaram por acordar que nada é mais urgente do que "conseguir um desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios da pobreza e da desigualdade". Para tal seria necessário desenvolver uma agenda ibero-americana que reforce a democracia e a sua capacidade de responder às expectativas dos cidadãos, prevendo o reforço institucional e a implementação de políticas públicas de inclusão social centradas na educação, no direito ao trabalho e no acesso aos serviços de saúde. De forma mais concreta, é pedido à SEGIB que dê continuidade a uma série de acordos, nomeadamente em matéria de redução da fome e pobreza; programas de troca de dívida por educação e outros investimentos sociais; apoios para enfrentar as mudanças no mercado energético; cooperação judicial; e quanto à iniciativa venezuelana de criar um Fundo Humanitário. Foi ainda pedido à SEGIB que apresente aos Estados membros um Plano Ibero-Americano de Alfabetização com o objectivo de poder declarar a região "território isento de analfabetismo" entre 2008 e 2015. Também Kofi Annan, no seu discurso na cerimónia inaugural da cimeira, realçou a importância dos progressos em direcção a um desenvolvimento equitativo na América Latina serem alcançados através de mais democracia - ao que acrescentaria ainda a necessidade do apoio dos países desenvolvidos. Num artigo conjunto publicado no primeiro dia da cimeira nos jornais *Público* e *El País*, Jorge Sampaio e o presidente chileno, Ricardo Lagos, destacariam a importância das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável nos países ibero-americanos: "A luta contra a pobreza, o acesso à educação e à saúde, a coesão social e a defesa e promoção dos direitos humanos são objectivos essenciais. Para alcançá-los, o crescimento económico é condição necessária, mas não suficiente. Compete ao Estado levar a cabo novas políticas públicas que tornem viáveis esses objectivos."

Relativamente à temática das migrações, a Declaração de Salamanca refere que se trata de um fenómeno global, com implicações em diversos campos, e cuja gestão bem sucedida estará dependente da "capacidade de conceber um quadro ibero-americano de migrações, baseado na canalização ordenada e na regularização inteligente dos fluxos migratórios, na cooperação contra os tráficos e o tráfico de pessoas, e, além do mais, na responsabilidade de cada país em conceber políticas públicas a este respeito". Com esse objectivo os líderes ibero-americanos comprometeram-se a coordenar e levar a cabo políticas conjuntas, desenvolver um programa de acções públicas e promover o valor da diversidade e do respeito da dignidade humana. Como primeira medida concreta, a SEGIB foi incumbida de preparar um Encontro Ibero-Americano sobre Migrações, que deverá ter lugar antes da próxima cimeira. Foi ainda decidido iniciar o processo de preparação de uma Convenção Ibero-Americana de Segurança Social, com o objectivo de garantir os direitos de segurança social dos trabalhadores migrantes e suas famílias.

Sobre a projecção internacional da comunidade ibero-americana, os mandatários reconheceram que a sua diversidade, dimensão e carácter bi-regional lhe conferem

“uma grande potencialidade como parceiro activo no cenário internacional”. Neste sentido, foi pedido à SEGIB para fazer o acompanhamento da gestão para a integração da Conferência Ibero-Americana na organização das Nações Unidas enquanto órgão observador, bem como para examinar as possibilidades de cooperação com outras organizações internacionais “relevantes para a projecção e consolidação do espaço ibero-americano”. O documento final pede ainda à SEGIB para gerir a vinculação formal da Conferência com a iniciativa Aliança das Civilizações (iniciativa espanhola de aproximação entre as sociedades ocidental e islâmica apresentada perante as Nações Unidas em Setembro de 2004); apoiar os processos de integração regional e sub-regional; impulsionar as negociações de acordos com a União Europeia (UE); colaborar na preparação da Cimeira UE-América Latina de 2006; e apoiar o processo de aproximação das posições dos países ibero-americanos nas negociações comerciais internacionais.

Dois temas que acabaram por suscitar uma intensa negociação, vindo a ser consagrados em anexo à declaração final da cimeira, foram a questão do terrorismo e o embargo norte-americano a Cuba. Quanto ao primeiro, é reafirmado o compromisso de combater o terrorismo e manifestado apoio às negociações para “alcançar a extradição ou pôr à disposição da justiça” o responsável do atentado terrorista num avião da Companhia Cubana de Aviação que causou a morte a 73 pessoas em Outubro de 1976. O governo cubano acusa da autoria deste atentado o anticastista Luis Posada Carriles cujo nome, porém, não aparece no texto do comunicado. A consagração do apoio à desmobilização na Colômbia de “grupos armados ilegais que cometem actos terroristas”, provocou uma dura negociação com Cuba e Venezuela. Num momento inicial das negociações, estes dois países recusaram qualificar estes grupos de “ilegais”, preferindo falar de “irregulares” e não utilizar a palavra terroristas. Por seu turno, Bogotá teria preferido ver consagrada uma referência explícita às Forças Armadas Revolucionárias (FARC). Relativamente ao segundo tema, é pedido ao governo norte-americano que “acabe com o bloqueio económico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba” e é rejeitada a Lei Helms-Burton, que endurece o embargo. A utilização da palavra “bloqueio” suscitou controvérsia entre os mandatários ibero-americanos após a embaixada americana em Madrid ter expressado a sua preocupação em relação ao sentido da declaração que, no entanto, acabaria por ser consagrado no texto final.

Na lista de comunicados especiais consta igualmente uma referência aos desastres provocados pelo furacão Stan. Para além da solidariedade manifestada aos povos da América Central e México, os líderes ibero-americanos comprometeram-se a aumentar a sua ajuda de emergência e, mais importante ainda, decidiram criar um mecanismo de coordenação que facilite uma resposta eficaz em casos de catástrofes naturais na região. A acompanhar a Declaração de Salamanca aparece ainda a decisão de avançar na elaboração de uma Carta Cultural Ibero-Americana destinada a defender os valores culturais e a diversidade da região.

Pela primeira vez no sistema de cimeiras ibero-americanas tiveram lugar paralelamente ao encontro de líderes três fóruns: o Fórum Parlamentar Ibero-Americano, o Encontro Empresarial e o Encontro Cívico. Os resultados destes encontros foram transmitidos aos mandatários e mencionados no texto final da cimeira. Segundo o chefe da diplomacia espanhola, tal contributo terá concorrido em grande medida para a “vitalidade e realismo” dos trabalhos da cimeira. Na sua avaliação da XV Cimeira Ibero-Americana, Jorge Sampaio referiu ter havido “uma evolução positiva, não só pelos temas que debatemos mas também porque nos dotámos de instrumentos para a eficácia”. O próximo encontro, a ter lugar no Uruguai em 2006, será certamente boa ocasião para avaliar os eventuais progressos alcançados em Salamanca.